

A ordem cristã no governo dos escravos: normas para a cristianização e tratamento dos escravos no Brasil colonial (1697-1759)

Data da defesa
30/07/2011

Autor Brunno Hoffmann Velloso da Silva

Orientador Doutor Eurico Antônio González Cursino dos Santos (UnB)

Banca Prof. Doutor Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão (UnB)

Prof.^a. Doutora Eleonora Zicari Costa de Brito (UnB)

Prof.^a. Doutora Mariza Veloso Motta Santos (UnB)

RESUMO

Esta dissertação trata de um pequeno conjunto de textos escritos no Brasil colonial, entre finais do século XVII e meados do XVIII, que procuravam regular a escravidão negra com preceitos cristãos. Buscou-se, no curso da investigação, compreender em que consistia o conjunto dessas regras e o que prescreviam a senhores e escravos. Notou-se a constante preocupação dos autores dessas obras com o tratamento dado pelos senhores a seus escravos, no que dizia respeito à alimentação, vestimenta, saúde, catequização, castigos, entre outros temas recorrentes em todos os textos que constituem o objeto desta pesquisa. Assim, esses escritos, ao tratarem de questões relacionadas à vida prática e cotidiana dos escravos, tomavam, por vezes, a forma de um ma-

nual ou um compêndio que reunia métodos e regras cristãs para escravizar o negro. Com o intuito de contextualizar historicamente a argumentação apresentada nos livros que serviram de objeto de estudo desta investigação, uma parte da pesquisa dedicou-se a rever alguns antecedentes dessas obras. Além disso, procurou-se conhecer um pouco da história de seus autores e da publicação das obras, num esforço em identificar uma origem intelectual e moral das ideias e valores propagados nesses textos, que se dedicaram a ensinar aos senhores um modo cristão de escravizar. Como estratégia analítica, o conteúdo de tais normas foi organizado sob grandes temáticas que se mostraram de interesse comum a todos os autores dos livros aqui estudados. A partir disso, esta pesquisa concentrou-se em apresentar uma descrição sistemática dessas regras e prescrições, de modo a compreender parte do plano religioso que se traçou para a escravidão negra nas terras brasileiras.

Palavras-chave Escravidão; Religião; Brasil; Século XVIII; Tratamento dos escravos.

A responsabilidade social da empresa segundo o empresariado paulista

Data da defesa
05/07/11

Autora Jaciane Pimentel Milanezi Reinehr

Orientadora Prof^a Dr^a Débora Messenberg Guimarães (UnB)

Banca Prof^a Dr^a Débora Messenberg Guimarães (Universidade de Brasília -UnB)

Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa (Universidade de Brasília – UnB)

Prof^a Dr^a Ana Maria Kirschner (Universidade Federal Fluminense – UFF)

RESUMO

A presente dissertação traz uma reflexão sobre as mudanças na ação empresarial brasileira, por meio do fenômeno da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), à luz das mudanças nas crenças capitalistas. Tem como objeto de estudo as mudanças na ação empresarial, de empresas privadas paulistas, a partir da aproximação destas ao modelo da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Seu objetivo geral é evidenciar e compreender a natureza da ação dessas empresas. Como objetivos específicos, elucidar os sentidos fornecidos por essas empresas à sua função na sociedade brasileira e ao modelo de RSE no país, bem como clarear as práticas sob a égide da RSE. Parte-se da premissa de que há mudanças na ação empresarial dessas empresas, decorrentes de uma evolução do sistema valorativo do capitalismo, que passa a incorporar veementemente crenças cívicas e conectivas. Para tanto, foi utilizado, como recurso metodológico, o questionário e a entrevista semiestruturada, feitos entre um grupo especifi-

co de empresas, todas privadas, nacionais, paulistas, praticantes do modelo da RSE. De uma perspectiva teórica, apoia-se na categoria sociológica de ação social, a partir da Sociologia Compreensiva e da Sociologia Pragmática Francesa. Confirmou-se que esse grupo de empresas é portador de uma ação empresarial modificada, condizente com a atualização das crenças capitalistas. Constatou-se que essas empresas fornecem um duplo sentido a si, mantenedoras da função clássica da empresa capitalista de reprodução de lucro e portadoras da nova função empresarial de atuação em prol de interesses coletivos. Foi identificado que essas empresas compreendem RSE como ampliação das funções da empresa para além da econômica, ampliação das interfaces da empresa, melhor refletida na expressão *sustentabilidade*, uma proposta de difícil assimilação internamente à empresa, uma profecia de tendência inexorável, um instrumento de legalidade no país, um instrumento de atratividade ao trabalho, um diferencial de mercado, contrário ao *marketing* social, uma forma de gratidão para com a sociedade brasileira, uma extensão da cidadania individual. Descobriu-se que a RSE no Brasil é fomentadora de duas crenças capitalistas: a racionalidade e o conexionismo. Conclui-se que já está vigente no país um capitalismo revigorado em seus aspectos valorativos.

PALAVRAS-CHAVE Ação Social; Capitalismo; Empresas; Responsabilidade Social Empresarial.

Poder judiciário e violência contra a mulher: aplicação da Lei Maria da Penha aos conflitos domésticos e familiares

Data da defesa
06/06/11

Autor Raquel Guimarães

Orientadora Doutora Lourdes Maria Bandeira (UnB)

Banca Prof. ^a Dr. ^a Lourdes Maria Bandeira - UnB

Prof. ^a Dr. ^a Any Ávila Assunção - IESB

Prof. ^a Dr. ^a Tânia Mara Campos de Almeida - UnB

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa –UnB/Suplente

RESUMO

A presente pesquisa é resultado de um estudo realizado nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). O objetivo central da pesquisa foi analisar de que forma o Judiciário do Distrito Federal tem aplicado os dispositivos da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) aos conflitos de violência doméstica e familiar contra a mulher. O estudo teve como referência empírica o 2º JVDFM de Brasília e o JVDFM de São Sebastião. A metodologia utilizada dividiu-se em duas etapas: observação in loco e pesquisa documental. Em um primeiro momento foram observadas, durante quatro meses, aproximadamente 170 audiências de retratação realizadas nos JVDFM, sendo 37 em Brasília e 133 em São Sebastião. Na fase documental foram analisados 70 processos arquivados no Fórum de São Sebastião, oriundos do JVDFM local. Os resultados mostraram que as principais

resistências para a efetiva aplicação da Lei Maria da Penha consistem nos entendimentos jurídicos de que: 1. A ação penal deve ser condicionada a representação da ofendida nos crimes de lesão corporal leve e nas contravenções penais; 2. A Lei n. 9.099/1995 se aplica às contravenções penais em sede de violência doméstica e familiar e conseqüentemente os institutos despenalizadores como a composição civil dos danos e a transação penal; 3. A violência contra a mulher é considerada como uma patologia e as partes podem ser tratadas ou terem os laços familiares restituídos, com a intervenção da equipe multidisciplinar; 4. É possível haver legítima defesa do agressor em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e 5. A palavra da vítima, sem outros meios comprobatórios, não é suficiente para condenar o autor no processo criminal. O estudo demonstrou ainda que, da forma como as legislações estão estruturadas, a dimensão moral e psicológica da violência não é abrangida de forma adequada pelo Judiciário, pois o espaço para se articular demandas é limitado ao que está expresso nas leis penais.

Palavras-chave Judiciário; Relações de Gênero; Violência contra a mulher; Justiça criminal.

Rock progressivo e punk rock

Uma análise sociológica da mudança na vanguarda estética do campo do Rock

Data da defesa

21/06/2011

Autor Vinicius Delangelo Martins Gatto

Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília

Orientadora Prof^a. Mariza Veloso Motta Santos

Resumo Esta dissertação possui como objetivo explicar sociologicamente a transição na vanguarda estética do campo do Rock. Entre 1967 e 1977, o campo do Rock conheceu os períodos de maior sucesso comercial e de prestígio primeiramente do Rock Progressivo e em um segundo momento do Punk Rock.

Que motivos sociológicos explicam esta transição? Considera-se aqui que a arte não é uma esfera ilhada e separada do restante da sociedade. Por outro lado, a arte pode possuir, sim, um aspecto mais autônomo. Entretanto os desenvolvimentos nos campos artísticos são mediados pelos desenvolvimentos sociais mais gerais. É fundamental para este trabalho a noção de campo de Bourdieu.

Se as transições nos campos artísticos são perpassados pelos desenvolvimentos sociais mais gerais, isso quer dizer que cada movimento ou vanguarda artística tem de lidar necessariamente com o seu período histórico e com as condições materiais objetivas de produção e do capital. Essa preocupação com a estrutura econômica é tratada com base no trabalho do teórico Fredric Jameson.

Há uma preocupação em demonstrar desenvolvimentos microssociais,

entretanto esses desenvolvimentos são reconectados aos desenvolvimentos sociais mais gerais. Portanto, as sociabilidades, valores e sentimentos que se desenvolvem entre os atores do campo do Rock e que são analisados neste trabalho são limitados por uma situação objetiva comum de cada tempo histórico.

Como conclusão procura-se demonstrar que cada tempo histórico, Modernidade e Pós-Modernidade e cada lógica cultural correspondente modernismo e pós-modernismo mediaram os desenvolvimentos no campo do Rock. **Palavras-chave** Sociologia da Cultura; Teoria Sociológica; Sociologia da Música; Arte e Sociedade; Rock.